



INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS FINANÇAS, MÁRIO CENTENO

"Sustainable Finance: The Road Ahead"

CONFERÊNCIA ANUAL CMVM

23 DE NOVEMBRO DE 2018, CCB, LISBOA

Senhora Presidente da CMVM, Dr.^a Gabriela Figueiredo Dias,

Ilustres oradores e convidados,

Minhas senhoras e meus senhores,

Quero, em primeiro lugar, felicitar a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, na pessoa da sua Presidente, pela organização desta Conferência, bem como pelo amável convite que me dirigiram para aqui estar a falar-vos sobre investimento sustentável.

Ainda há não muito tempo, o investimento sustentável era um assunto exclusivo de um pequeno grupo de especialistas. Atualmente, marca a agenda europeia em diversas matérias e em diferentes fóruns.



Os governos de países de todo o mundo escolheram um caminho mais sustentável para o nosso planeta e para as nossas economias, tendo como referência o Acordo de Paris e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas. Aí foram estabelecidos 17 objetivos ambiciosos com vista à erradicação da pobreza e ao desenvolvimento económico, social e ambiental à escala global até 2030.

Alcançar estes objetivos, em direção a uma economia europeia mais sustentável, exige, todavia, investimentos significativos, mobilizando financiamento e uma alteração dos processos de decisão.

Por vezes, reduzimos a sustentabilidade a questões ambientais e às alterações climáticas, mas a sustentabilidade tem um universo muito maior.

A sustentabilidade inclui fatores sociais, como a redução de desigualdades e a promoção da coesão social. É um desafio para qualquer Estado-Membro da União Europeia. Contudo, é um desafio para o qual as empresas e os investidores têm também um contributo importante a dar.

Todos conhecemos, desde o início do século, exemplos de más práticas de governação de empresas que custaram muitos sacrifícios a investidores, a trabalhadores e a todos os contribuintes.



A sustentabilidade abrange ainda elementos de governação, como a promoção de estruturas de governação saudáveis, relações laborais justas e o cumprimento das obrigações fiscais.

O ambiente continua a ser a dimensão mais visível da sustentabilidade, dado o impacto do aquecimento global na frequência e na severidade das catástrofes naturais. Entre 2007 e 2016, os custos económicos de eventos meteorológicos extremos subiram cerca de 86%. Só em 2017, estima-se que esses custos tenham atingido 117 mil milhões de euros.

O adiamento da transição para uma economia com baixas emissões de carbono vai aumentar esses custos, que serão sentidos, de forma diferente, em toda a sociedade, incluindo pelo setor financeiro.

O aumento dos desastres naturais vai afetar necessariamente o setor segurador. No curto prazo, os riscos cobertos por seguros vão pressionar a rentabilidade e a resiliência do setor segurador e, no médio prazo, vão aumentar os prémios de seguro e aumentar as exclusões das apólices.

Este não é um problema exclusivo do setor segurador, uma vez que algumas estimativas sugerem que quase metade da exposição dos bancos da zona euro está ligada de forma direta ou indireta a riscos de alterações climáticas.



Podemos, assim, facilmente perceber como a sustentabilidade, no caso, ao nível ambiental, pode afetar de facto a estabilidade financeira. O fator ambiental tem um impacto direto no setor financeiro e este tem, por sua vez, de desenvolver competências para lidar com os novos riscos.

A experiência e o conhecimento adquiridos no setor financeiro são essenciais para orientar o financiamento para investimentos sustentáveis, por forma a tornar a nossa economia mais verde e mais sustentável.

Esta será, também, a chave para prosseguir o caminho definido no Acordo de Paris, em dezembro de 2015, que exige um montante de investimento adicional de cerca de 180 mil milhões de euros por ano nas próximas duas a três décadas.

O setor financeiro tem vindo a adaptar-se em resposta à crise financeira internacional da última década. Este contexto pode permitir a adoção de soluções direcionadas a uma economia verde e mais sustentável. Reorientar a afetação do financiamento para investimentos mais sustentáveis requer um salto no nível de consciência de como poderá funcionar o setor financeiro.

A União Europeia está a implementar diversas iniciativas para promover o processo de transição para uma economia circular, mais eficiente na utilização de recursos e com baixas emissões de carbono.



Para essa transição, muito do investimento em infraestruturas, tecnologia, equipamento e edifícios eficientes energeticamente terá de ser feito pelo setor privado. Todos os setores económicos têm, na verdade, de fazer a sua parte neste processo.

Neste contexto, e em linha com a União dos Mercados de Capitais, a Comissão Europeia adotou recentemente, em março deste ano, um plano de ação para as finanças sustentáveis. Este plano é parte de um esforço maior para ligar o setor financeiro às necessidades específicas da Europa e para a economia mundial, em benefício daquilo que pensamos serem as necessidades do nosso planeta e da sociedade global.

Este plano de ação da Comissão Europeia tem três objetivos principais:

- Primeiro, redirecionar o capital para investimento verde e sustentável.

Para isso, a regulamentação europeia deve fornecer uma harmonização clara das definições do que são atividades sustentáveis e quais os conceitos de obrigações e de fundos de investimento verdes.

Esta harmonização é essencial para prevenir que certos produtos financeiros utilizem abusivamente a marca “verde” ou, mais genericamente, a marca “sustentável”, quando, na verdade, não cumpram os requisitos mínimos de sustentabilidade.



- Segundo, integrar a sustentabilidade nas políticas de gestão do risco.

As propostas da Comissão Europeia clarificam os deveres dos investidores institucionais e das entidades de gestão de ativos em matéria de sustentabilidade, por forma a assegurar que estes agentes consideram a sustentabilidade nas suas políticas de investimento e na gestão do risco.

A Comissão europeia apresenta também um novo enquadramento para a criação de índices de investimentos com baixas emissões de carbono, ou com impacto positivo no carbono, através de uma alteração ao regulamento dos índices de referência.

- Em terceiro e último lugar, aumentar a transparência e os investimentos a longo prazo na economia e no setor financeiro, em particular.

A sustentabilidade e a manutenção dos investimentos a longo prazo estão de mãos dadas com objetivos ambientais e sociais. Contudo, algumas das atuais práticas de mercado privilegiam a obtenção de ganhos elevados e num curto período de tempo.

Assim, uma das preocupações da agenda para a sustentabilidade tem de ser a redução da pressão para a realização de investimentos ditos especulativos, que procuram resultados no curto-prazo.



Como referi, precisamos de assegurar que os agentes com projetos sustentáveis e produtivos obtenham financiamento, uma vez que este investimento irá reforçar o crescimento económico e, assim, prevenir riscos futuros.

Esta é uma tarefa absolutamente essencial para os intermediários financeiros.

Tenho referido com bastante frequência a necessidade de que os decisores, a todos os níveis, introduzam o tempo como fator essencial no processo de tomada de decisão. O tempo é uma variável muito importante e em economia é poucas vezes devidamente considerada.

Arrisco-me a dizer que a segunda maior crise da história do capitalismo deu-se porque encurtámos os tempos: de retorno; de materialização das mudanças; da sustentabilidade.

Isto não só aumenta o risco, como a desigualdade e gera níveis de investimento claramente inferiores aos desejáveis. Temos de evitar que isto volte a acontecer.

E isto é também uma matéria de cidadania. O mundo está a mudar e a sustentabilidade tem um impacto material no risco e na rentabilidade dos investimentos. Se os intermediários financeiros querem servir melhor os seus



clientes, então os investimentos sustentáveis devem estar no topo das suas prioridades.

Os dados mostram que um aumento da exposição a investimentos sustentáveis raramente prejudica a rentabilidade, pelo contrário, muitas vezes melhora-a. Da mesma forma, ignorar o fator da sustentabilidade pode ameaçar a rentabilidade a longo prazo, uma vez que é expectável que o investimento sustentável seja um ativo seguro no longo prazo contra eventos negativos.

A estratégia europeia está desenhada para tornar os investimentos sustentáveis mais abertos e acessíveis e para exigir aos intermediários financeiros que integrem este fator nas suas decisões do dia-a-dia.

Este é o tempo. Hoje temos o contexto, os instrumentos e a oportunidade para agir.

A conferência de hoje é uma prova magnífica de que o investimento sustentável deixou de ser um assunto para uma plateia reduzida; é hoje, pelo contrário, um setor em franco desenvolvimento. Devemos aspirar a tornar o investimento sustentável o “novo normal” dos mercados financeiros.

Não posso deixar de sublinhar a excepcional oportunidade que esta transição representa sem apresentar os desafios que esta nos coloca. Esta transição



deve decorrer a um ritmo equilibrado e deve manter a coesão social, não excluindo desta transição camadas importantes da população.

Temos objetivos ambiciosos no Portugal 2030 que exigem um comprometimento de todos pela sustentabilidade: na descarbonização da sociedade, na transição para a economia circular e na valorização do território e da população.

Recentemente, um estudo sugeria que os jovens portugueses estão particularmente atentos às questões ambientais e tomam decisões com base em fatores ecológicos. Por outro lado, o mesmo estudo revelava que os fatores de sustentabilidade estavam entre os menos relevantes para os intermediários financeiros quando prestavam conselhos de investimento.

Para concluir, deixo uma palavra para a importância do papel que será desempenhado pelos supervisores financeiros.

Em primeiro lugar, para prevenir, como já referi, a utilização abusiva da marca “verde”. Aquilo que é classificado como verde tem de ser efetivamente responsável em termos ambientais. De outro modo, estaremos a colocar em causa o sucesso deste projeto, a reputação dos agentes e a integridade dos mercados.



Depois, destaco a importância de aumentar a consciência dos investidores para a importância do investimento sustentável, por exemplo, através da sua inclusão no Plano Nacional de Formação Financeira.

E, por último, apesar da clara urgência nas matérias ambientais, realço a importância de não nos esquecermos dos fatores social e de governação.

É este, a meu ver, o caminho a seguir. Cabe-nos, a todos, agir.

Muito obrigado e votos de um excelente debate.